
CRÍTICA LITERÁRIA E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Horácio COSTA*

Dois historiadores, o mexicano Salvador de la Maza (em *La Ciudad de México en el siglo XVII*) e o inglês David Rock (em *História argentina 1516-1980*), ao tratarem dos vice-reinados da Nova Espanha e do Rio da Prata, chamam atenção para a presença portuguesa em ambas as regiões. O elemento lusitano concentrava-se na zona de Tlatelolco, na antiga capital azteca, perto da famosa escola de tradutores criada por missionários como Frei Bernardino de Sahagún, e na zona portuária de Buenos Aires. Em ambas cidades, o português, sempre associado ao judeu — até o ponto em que ambas as designações confundem-se na linguagem corrente daqueles séculos, “portugués” significando “judío”, e vice-versa — ocupava-se do comércio em grande escala, quando não, como no caso da capital do Rio da Prata, do contrabando com o Brasil, essencial para sua sobrevivência econômica. Em ambas as cidades, o bairro português constituía uma espécie de gueto; na Buenos Aires do século XVIII, este gueto chegou mesmo a ser protegido, ou limitado, por uma cerca de madeira, dentro da qual, infere-se, falava-se mais português — língua do comércio — que castelhano — língua do poder. No interior “destes recintos” portugueses, ou destes espaços tidos como tal, talvez se judaizasse; talvez seus habitantes lessem tanto a Camões e o *Palmeirim da Inglaterra*, o *Amadis de Gaula*, quanto a Cervantes e *La Celestina*. O que acontecia neles, o que de fato se experimentava lá dentro, pertence hoje apenas ao imaginário: não sobrevivem relatos de épocas nem há estudos contemporâneos específicos. Quão diferentes seriam estas comunidades luso-judeu-americanas em relação àquelas que as envolviam? Como avaliar esta diferença, como sabê-lo? Hoje em dia, patronímicos de inequívoca origem portuguesa atestam, no

* Universidade Nacional Autônoma do México

México e na Argentina contemporâneos, esta presença fundacional da sociedade colonial hispânica. Entretanto, pouco além de nomes como Acevedo, Almeyda ou Vasconcellos restam pra recordar-nos esta procedência apagada no tempo e no espaço.

Curiosamente, a literatura hispânica moderna, tão preocupada em desenhar origens, em estabelecer equivalências e em reclamar sua diferença frente às demais literaturas, especialmente as de línguas inglesa e francesa, deixou escapar esta vertente. Se este fato por si não revela nada especialmente ideológico, assim como uma determinação por parte dos intelectuais hispano-americanos de ignorar *en masse* o contributo português, ou luso-brasileiro, à formação de sua “identidade” (palavra mágica), não pode deixar de chamar-nos atenção sua dificuldade, ou sua cegueira — sua *blindness*, para usar o termo de Paul de Man —, para assumir o fato histórico iniludível sobre o qual nos detemos. Tudo se passa como se o português, o luso-brasileiro, não tivesse especificidade alguma, como se o fato de que, além de sê-lo, e comerciante ou contrabandista, e ainda por cima judeu ou judaizante, não tivesse nenhuma importância, como se sua assimilação tivesse sido total, ou então, pelo contrário, como se sua interação com as sociedades hispano-americanas tivesse sido nula. Um exemplo? Nem menos do que Borges. O escritor argentino possuía dois nomes que revelavam sua ascendência portuguesa, “Acevedo” por linha materna e “Borges” pela paterna. Ainda assim, ao tratar de sua biografia familiar em muitos trechos em sua obra, detém-se a esmiuçar sua origem inglesa, quando se refere à família de seu pai, ou traçar sua genealogia *gaucha*, quando se refere a seus antepassados maternos. Sobre a origem lusitana implícita em ambos nomes, nada, o que não deixa de ser notável num escritor que, orgulhoso de sua origem *criolla*, da “argentinidade” de sua família, muitas ocasiões referiu-se à história dela, tornando-a um dado fundamental para a compreensão de sua obra. O gaúcho, o espanhol e o britânico têm seus cromossomos cuidadosamente cuidadosamente mapeados no universo borgeano; do entrecruzamento de suas cadeias genéticas, da perpetuação de suas memórias familiares saca Borges motivos literários, talvez mesmo, e abissalmente, seu fascínio com idéias e construções labirínticas. Sua origem portuguesa é, entretanto, literalmente *non-descript*. No mar de histórias legadas ao escritor por seus antepassados parecer ser que nenhuma detinha-se a explicar porque “Borges” e porque “Acevedo” num país em que os demais *criollos* chamam-se Pueyrredón ou Rivadavia.

Se, em termos estritamente históricos, a supressão, mesmo que involuntária, não ideológica de um dado implica necessariamente na parcialização da interpretação que o o ignora, em termos estritamente humanos, base do literário, implica num empobrecimento de como é encarado o elemento forjador da história no tempo. No caso dos esquemas interpretativos sobre a formação social ou cultural da identidade hispano-americana, a minimização da contribuição luso-brasileira acarreta duas conseqüências: a primeira, bastante óbvia, é reduzir o caráter absoluto, como arquitetura intelectual totalizadora, de tais esquemas, é relativizar o escopo de tais operações aos olhos de quem identifica nesta omissão uma de suas falhas mais facilmente detectáveis; a segunda, e mais sutil, é permitir identificar, para o observador neutro, nesta blindness que revela antes descaso que desprezo, uma das origens da dificuldade do diálogo entre a cultura brasileira e as de seus vizinhos.

Cercado por países de origem hispânica, o Brasil tem procurado cada vez mais enfatizar suas semelhanças históricas, étnicas e culturais com eles. O assunto, a questão latino-americana, praticamente ignorada no século dezenove pela cultura brasileira, apesar das exceções, tornou-se vital para nós, pelo menos desde os anos 50 ou 60. Na sociologia, na filmografia, na atividade literária brasileira multiplicam-se as referências ao hispano-americano. Nosso público leitor esta medianamente familiarizado com os maiores nomes da literatura que se escreve em espanhol nas Américas e, entre os brasileiros cultos, são poucos aqueles que não lêem espanhol. Pode-se dizer que as obras de Neruda ou Borges, de Garcíá Márquez ou Vargas Llosa fazem parte do universo básico de leitura nas universidades brasileiras; nelas, um estudante informado aos vinte anos ao menos já ouviu falar de Vallejo e Huidobro e Paz. Em poucas palavras, a literatura hispano-americana é cada vez mais parte daquilo que se poderia chamar do canon literário brasileiro atual, ao lado das obras de Eça de Queiroz ou Machado de Assis, expoentes de nossa língua, e de Flaubert, Proust, Dickens, Eliot, Mann, Dostoiévsky, Pirandello, que formam, entre tantas e tantas outras, o núcleo central do canon literário ocidental moderno.

Para as grandes editoras espanholas ou hispano-americanas, o mercado brasileiro computa-se entre os mais importantes. Em nosso sistema universitário, os estudos de graduação e pós-graduação dedicados à língua espanhola florescem do Rio Grande do Sul ao Pará, e pouco a pouco tornam-se tão visíveis quanto os tradicionais dedicados

às literaturas inglesa e francesa. As teses multiplicam-se, o interesse é crescente. Não se pode, entretanto, falar com propriedade de uma “moda” de estudos latino-americanos no Brasil, devido ao caráter essencialmente passageiro que se vincula a esta palavra. Os estudos sobre a América Hispânica, ao contrário, vieram para ficar, são um índice da seriedade com a qual a cultura brasileira contemporânea parece encarar sua radicação continental. A universidade e a sociedade brasileiras enriquecem-se com este conhecimento que é ainda, diga-se de passagem, muito menor do que se devia, ou se podia ter. Entretanto, através deste movimento para a compreensão das culturas hispano-americanas, uma constante histórica de ignorância brasileira com relação às suas vizinhas — tão bem ilustrada pela incapacidade olímpica de um Alencar em encarar o mundo além-fronteiras, que contrasta com seu desejo de incorporar as mais valiosas informações disponíveis no mundo além-mar — parece finalmente estar revertendo-se.

Tudo isto é positivo e representa, além do que acaba de ser dito, uma conquista daqueles que, especialmente nas universidades brasileiras, há algumas gerações vêm dedicando-se a abrir espaços para o estudo sistemático das literaturas hispânicas. Tudo isto pode ser considerado auspicioso. É como se, há uns quarenta ou tal anos, nossa comunidade intelectual tivesse por fim despertado de uma letargia que a vinculava quase que exclusivamente, e algo parasitariamente, às culturas centrais do ocidente e tivesse decidido, para dizê-lo numa única palavra, mapear a América, toda a América.

Agora, o que não podemos ignorar, depois deste curto balanço, é que esta alteração para melhor (poucos duvidariam que para melhor) no perfil da intelectualidade brasileira com relação à cultura hispano-americana permanece exatamente o que acaba de ser dito: uma alteração no perfil da intelectualidade brasileira. Ou seja, que esta alteração, básica para a integração continental, tema que hoje nos une, é um fenômeno eminentemente brasileiro, correspondido em muito menor escala nos países hispano-americanos.

Para exemplificar esta situação, voltemos à questão do canon. Obras ou autores representativos da literatura brasileira, ou das literaturas escritas em português, não ocupam um lugar canônico — bem longe disso — no universo hispano-americano. Nossos leitores além-fronteiras são poucos, poucos os que nos estudam sistematicamente nas universidades, em cuja enorme maioria brilham por sua ausência os cursos de língua ou literatura dedicados ao mundo luso-brasileiro, e

poucos os que se aventuram pela leitura em português, quase todo o pequeno movimento existente dependendo de traduções. Mesmo entre a comunidade culta da América Hispânica, mesmo entre narradores e poetas de primeira linha, a familiaridade com a literatura brasileira é restrita. Guimarães Rosa e Lispector são mais falados que realmente lidos ou estudados. Nossa poesia é mal divulgada, mal lida, menos estudada. Aqueles que, entre os críticos literários e professores universitários, incluem autores brasileiros em seus ensaios e em seus currículos em pé de igualdade com os representativos do grande universo intelectual hispano-americanos, são contados. Em poucas palavras, na América Hispânica não há para com a cultura brasileira a mesma sensibilidade que, nas últimas décadas, se criou nessa última para com a hispano-americana. Além-fronteiras, a nossa é uma cultura de exceção, uma espécie de *passion-fruit* para interessados. Para nossos vizinhos, não representamos o *outro*, um dos *outros* que eles crescentemente representam para nós.

As origens para esta situação são muitas e não nos cabe esmiuçá-las aqui. Deixando de lado a improvável questão de uma maior qualidade de uma frente à outra, citemos apenas que a cultura brasileira não conta com instrumentos de divulgação e acesso comparáveis aos da hispano-americana, no âmbito internacional. A política cultural internacional dos sucessivos regimes brasileiros tem sido pouco menos que uma completa hecatombe. Ainda assim, o fator político e o fator mercado — porque deste se está falando quando nos referimos ao mundo editorial e mediático —, por mais grave que sejam como forjadores desta situação, não podem ser vistos como o seu único responsável. Além deles, e reforçando-os sibilinamente, não nos esqueçamos, está a *blindess*, há a cegueira.

Mais cômodo que nomeá-la seria calar a seu respeito e fazer de conta — com algo da má consciência herdada do tempo em que nós brasileiros procurávamos ignorar a cultura de nossos vizinhos — que a integração inter-latino-americana começa a dar-se, pelo menos no campo do literário, em bases iguais. Entretanto, ao sublinhar a disparidade ou o desequilíbrio aqui referidos *grosso modo*, minha intenção não é reclamar xenofóbica ou operisticamente do isolamento brasileiro no contexto latino-americano, como se cantássemos um solo quando queríamos um dueto, nem tomar as coisas tais como são, como se imutáveis. O que importa é que apenas partir do reconhecimento por parte nossa desta situação objetiva, aferível, e — friso — passível de

mudar-se, podemos realmente falar de um processo de integração cultural no qual a retórica ou a má-consciência deixem de ser os protagonistas, tal e como invariavelmente acontece com os acordos na área da cooperação cultural entre o Brasil e os seus vizinhos em nível de estado, devido à estranha e reprovável paixão que une a todos os latino-americanos antes às palavras, às declarações escritas que à sua realização prática.

Devemos lutar contra esta cegueira, ou seu espectro, como criadores, como críticos literários e professores, basicamente por duas razões. A primeira já mencionei: sem sua progressiva superação, nenhum processo de integração merece chamar-se tal. A reciprocidade faz parte da noção mesma de “integração”. Evidentemente, não podemos *exigir* reciprocidade, como se a vida intelectual equivalesse ao mundo das mercadorias — eu só compro o seu tomate se você comprar o meu abacate —, manejando a lógica dos acordos comerciais, porém podemos sugeri-la, obviando o fato de que, sem o seu exercício continuado, a idéia de América Latina que subjaz quando dizemos “integração” deixa de vigir. Ninguém é obrigado a estudar como escrevem os seus vizinhos; se o fazemos, é em nome de algo maior que o simples fato de fazê-lo. Não se infira que isto implica alguma forma de retaliação. Naturalmente, mesmo sem reciprocidade, é de nosso interesse continuar os estudos sobre a América Hispânica, e incentivá-los ao máximo. Porém, sem aquela, estes perdem a aura que muita vez os inspiram. Sem ela, nossos estudos hispano-americanos não diferem dos demais; em certa medida, empobrecem-se.

A segunda razão que temos para lutar contra esta cegueira é que, em definitivo, ela não é ideológica, e muito menos representa uma determinação malvada, por parte dos hispano-americanos, de ignorar-nos. Antes, é fruto de uma situação histórica perversa, que revela a injunção no presente de conflitos coloniais ou, melhor dito, metropolitanos, em letras americanas. Aceitar passivamente este ranço seria indigno de intelectuais. Os hispano-americanos são tão amigos nossos quanto nós deles; são-nos, assim como somo-os. Muito maior é o que nos une do que o que nos separa, mesmo tomando em conta nossa relativa invisibilidade, ou ilegibilidade, para eles, e — importante — nossos vizinhos sabem disto. Em poucas palavras, a cada *blindness*, como dizia Paul de Man, corresponde usual e inversamente um *insight*: no caso da problemática que tratamos, exatamente esse é o *insight* que nos permite ver a situação atual como transitória. Além da inércia,

certamente mais confortável que o trabalho e as incertezas que um processo de integração ou reciprocidade acarreta, porém indubitavelmente mais abjeta e próxima ao espaço da morte que aos imperativos da vida, nada de realmente fundamental — uma ética ou uma moral opostas, opróbrios, sangues, *vendettas* ancestrais — obsta o que o *insight* — o fato de que eles sabem que nos são assim como os somos — substitua à *blindness* — o fato de que tardam a ler-nos e estudar-nos.

Muito podemos fazer neste sentido. Quero aproveitar esta ocasião para sugerir duas medidas de possível longo alcance, com a finalidade de alterar, desde nossa atividade como intelectuais e críticos literários brasileiros interessados numa integração cultural latino-americana em termos ótimos, a pouco encorajadora situação presente, no que tange ao fator reciprocidade. Em primeiro lugar, voltemos ao papel que nossa instituição universitária teve para a criação de uma sensibilidade mais aberta frente à cultura hispano-americana na sociedade brasileira, superando o que parecia ser uma constante histórica em relativamente pouco tempo. Apesar de suas inúmeras limitações, a universidade brasileira parece-me melhor preparada que sua contrapartida hispano-americana para suscitar um movimento de reciprocidade, de quebra da inércia, através da oferta de bolsas, por um lado, e da organização de congressos dedicados ao tema e do estímulo a publicações conjuntas brasileiro-hispano-americanas, por outro.

A universidade brasileira hoje em dia apresenta um amplo sistema que não encontra correspondente nenhum na América Hispânica. O papel que ele pode representar para um processo de integração está longe de ser maximizado. Aumentar aos espaços para o hispano-americano dentro de nosso sistema universitário é o passo que segue ao termos neles sido capazes de criar estudos brasileiros sobre a América Hispânica. Muito tem sido feito, porém as possibilidades funcionais deste, diríamos, passo estratégico são enormes, e o estágio em que nos encontramos para sua efetiva otimização é o embrionário. Pouco a pouco, o espaço universitário brasileiro pode tornar-se uma alternativa discente, e profissional, viável e coerente para estudantes e acadêmicos hispano-americanos, um destino tão freqüente e importante, em termos intra-regionais, como os Estados Unidos representam para todo o mundo. Para tanto, é necessário lutar contra o burocratismo endêmico em nossa instituição universitária e facilitar ao máximo a acolhida de estudantes e professores que aqui venham estudar, ensinar. Tão ou mais importante

que isso é auspiciar uma maior abertura dentro de nossas associações acadêmicas para a participação de profissionais hispano-americanos. A ABRALIC, para citar o mais pertinente exemplo, pode com relativa rapidez ampliar seu horizonte de ação para a América Hispânica, chamando a seus congressos representantes das universidades hispano-americanas e, ainda, incrementando, em seus encontros, espaços de discussão e análise específicos sobre o tema que hoje nos interessa.

Se estas são medidas práticas, passemos às teóricas. A literatura comparada, como espaço conceitual, representa em si um instrumento valioso de conhecimento mútuo, de reciprocidade intrínseca. Enfatizar os estudos sobre as relações existentes entre as literaturas hispano-americanas e a brasileira, tanto em termos curriculares como de concentração em teses e estudos focalizados, augura uma forma de atração poderosa para que, ao considerar-se à luz do outro, hispano-americanos e brasileiros superem a noção de suas literaturas tendo como base diferenças lingüísticas ou nacionais, em prol de uma nova noção, centrada já em premissas de relativização e mutualidade. Só assim poderemos com propriedade falar de uma literatura latino-americana comunitária.

O comparatismo oferece um caminho crítico promissor para uma possível refundação dos estudos literários dentro da América Latina, com vistas a uma integração cultural continental. Através do exercício de um comparatismo inter-latino-americano, podemos vislumbrar duas decorrências complementárias entre si e igualmente valiosas. Em primeiro lugar, mencionemos a alternativa a um recorrente centramento, em termos teóricos ou na escolha do repertório enfocado, em estudos euro- e norte-americano-brasileiros, no que tange à literatura comparada. Estudar as relações entre movimentos literários, críticos e entre autores hispano-americanos e brasileiros pressupõe deixar definitivamente de lado o mapeamento das fatídicas “influências”, cujos fantasmas se imiscuem, algumas vezes indevida e sub-repticiamente, nos estudos comparados em geral — entre, digamos, um influente poeta francês e seu leitor tropical —, já que, ao nos dedicarmos ao comparatismo inter-latino-americano, normalmente tratamos de autores e movimentos que pouco dialogaram entre si, ou o fizeram secundariamente. Assim sendo, posta de lado a mecânica das influências, o que sobressai é a literaridade mesma das obras em questão; o que se oferece à análise, em poucas palavras, são os próprios objetos de estudo cujas relações se está estabelecendo.

Em segundo lugar, pensemos que uma verdadeira revolução terminológica e conceitual pode afirmar-se no mapa literário das Américas se as fronteiras geográfico-lingüístico-literárias e as divisões esquemáticas historiográfico-metodológicas, baseadas num logotipo de exclusão e de afirmação das unicidades, for substituído por um outro que se funde na inclusividade e no estudo relacionador de diferenças e de coincidências. Trocando em miúdos, pensemos que o comparatismo abre as portas para que, por exemplo, uma visão de literaturas regionais tome o lugar de literaturas nacionais, ou mesmo que o Regionalismo, para ficarmos nele, ou ainda o Indianismo sejam vistos como movimentos trans-lingüísticos e trans-nacionais que unificam uma corrente de obras e de autores que ocorreu sincronicamente em muitos países latino-americanos, no Brasil — e, diga-se de passagem, nos Estados Unidos, no Canadá, no Caribe — inclusive, e que cobrem um longo espectro temporal.

E assim por diante com temas e tópicos que se multiplicam praticamente ao infinito, que vão, para mudar o enfoque do historiográfico para o eminentemente literário-crítico, desde as respostas dos latino-americanos, ou dos americanos *tout-court*, frente às línguas ou as configurações européias que nos emprestaram ou seguem emprestando o grande acervo cultural sobre o qual viemos trabalhando e o qual viemos alterando, até as modalizações retórico-discursivas das obras literárias aqui nascidas ao longo deste processo e que maior impacto tiveram em nossos cenários culturais

Uma re-fundação dos estudos literários latino-americanos baseada no comparatismo não exclui a especulação, busca e encontro de assertivas e modelos analíticos, porque o afiançamento daquela passa pelo destemor a esta, mas conjura também aquele algo mais que demos e que queremos continuar dando aos estudos continentais. Contra um projeto de integração cultural “fria”, *insightless*, um “quente”, *blindness-basher* via comparatismo.

Quero crer que a reciprocidade seria um resultado que se materializaria pelo caminho, e quero crer também que talvez um futuro Borges, não apenas devido a este processo mas ainda assim algo em sua função, e no impropriável caso de que venha a nascer de novo, possa incorporar a suas *ficciones* o enigma de seu nome.